

Agentes terminam greve e PMs ameaçam parar

GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

A suspensão temporária da greve dos policiais civis não acabou com a crise na Segurança Pública no Distrito Federal. No mesmo dia em que os agentes decidiram voltar ao trabalho, policiais militares ameaçaram restringir o serviço aos atendimentos emergenciais. As resoluções foram tomadas em assembleias, realizadas por representantes das duas corporações, durante a manhã de ontem.

O secretário de Segurança Pública do DF, Athos Costa de Faria, marcou para hoje reunião com os principais representantes do Estado-Maior. Os comandantes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil discutirão com o secretário a última proposta oferecida pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e recusada pelos militares: reajuste de 13% para PMs e bombeiros.

As duas manifestações tiveram início às 9h. Os agentes civis se

concentraram no Parque da Cidade e os policiais militares se organizaram em frente ao Palácio do Buriti. Liderados pelo presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros do DF (Aspol), o ex-cabo Sidney Patrício, cerca de 400 policiais repetiram alguns atos da última assembleia, realizada em 6 de janeiro.

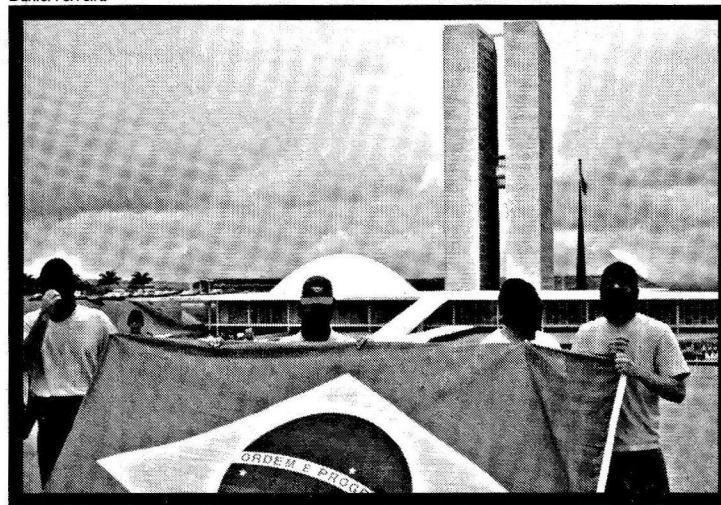
Sob o olhar de centenas de PMs em serviço, os manifestantes soltaram bombinhas e fecharam o Eixo Monumental por alguns minutos. "A paciência acabou. Os 13% representam uma afronta à categoria. Deste jeito, a greve será inevitável", disse o ex-cabo.

Reivindicações

A principal reclamação dos 15 mil praças — cabos, soldados e sargentos — é a diferença entre seus vencimentos e os dos cerca de mil oficiais. O piso salarial de um cabo da PM está em R\$ 1,4 mil, mas alguns coronéis da corporação recebem até R\$ 15 mil,

se somados todos os benefícios.

Por volta das 11h40, os manifestantes organizaram uma carreta em direção à Esplanada dos Ministérios. No gramado em frente ao Congresso Nacional, estenderam uma bandeira do Brasil e fincaram cartazes de protesto. Muitos deles usavam máscaras para não serem identificados. Patrício estabeleceu prazo até o próximo dia 30 para que o GDF apresente uma nova proposta. "A partir de hoje, vamos atender somente as chamadas do Ciad



MASCARADOS PARA NÃO SEREM IDENTIFICADOS, PMS FORAM AO CONGRESSO

(Centro Integrado de Atendimento e Despacho)."

Ontem, 26 militares tiveram de se apresentar à Corregedoria da PM. Eles responderão a um processo interdisciplinar por terem participado das últimas assembleias da Aspol. De acordo com o portavoz adjunto do GDF, Wilson Silvestre, foram instalados cinco conselhos disciplinares para analisar a conduta dos policiais. Silvestre informou que os PMs são proibidos por lei de participar de manifestações grevistas.

Atraso nas ocorrências

Depois de nove dias de paralisação, os policiais civis decidiram voltar ao trabalho, mas ainda em estado de greve. Em assembleia, cerca de 700 policiais estabeleceram prazo até 6 de fevereiro para que o governo federal assine medida provisória capaz de equiparar os salários da categoria aos dos agentes federais.

"É a única reivindicação. Se não formos atendidos, vamos radicalizar", disse o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol), Wellington Moraes. Na tarde de ontem, as delegacias retomaram as investigações e o registro das ocorrências.

Na 2ª DP (Asa Norte), o movimento aumentou cerca de 40% em relação aos dias parados, segundo estimativa do delegado de plantão, Breno da Mata Tavares. O diretor-financeiro do Sinpol, Ciro Freitas, acredita que 5 mil registros policiais deixaram de ser feitos durante o período de greve. As visitas aos presos nas unidades prisionais do DF serão normalizadas hoje e amanhã. A Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe) informou que haverá reposição das visitas não realizadas.